



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

Sessão Ordinária Nº 4879, de 05/07/2016

TCDF/Secretaria das Sessões  
Folha:.....  
Processo: 14788/2015-e  
Rubrica:.....

PROCESSO Nº 14788/2015-e

RELATOR : CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

EMENTA : Ofício n.º 119/2015, do gabinete do Deputado Distrital Wasny de Roure, por meio do qual são apontadas possíveis inconsistências na metodologia de estimativa e na execução orçamentária dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF, criado pela Lei Federal n.º 10.633, de 27.12.2002.

### **DECISÃO Nº 3358/2016**

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) dos Ofícios nº 755/2015 - GAB/SEF (e-DOC A06BF6E0-c), nº 1089/2015 - GAB/Seplag (e-DOC F3484644-c) e nº 57/2015/GABIN/STN/MF-DF (e-DOC A1C7F409-c), e da documentação que os acompanha; b) da Informação nº 3/2016-SEMAG; II - recomendar ao Senhor Governador do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal que, além das medidas já adotadas, promovam gestões junto aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão no sentido de buscar solução para os problemas relacionados aos seguintes apontamentos: a) deixar de computar no montante de recursos aportados ao FCDF os recursos oriundos de contribuições e indenizações dos servidores da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para os seus respectivos Fundo de Saúde, uma vez que a sistemática se encontra em desacordo com as disposições contidas, especialmente nos arts. 2º e 4º da Lei nº 10.633/2002 e art. 33, caput e § 3º, c/c os incisos II e III do art. 28 da Lei nº 10.486/2002; b) contabilizar como superávit financeiro do FCDF as diferenças positivas resultantes dos repasses de duodécimos correspondentes aos saldos de créditos orçamentários não empenhados no exercício e de cancelamentos de Restos a Pagar, os quais vêm sendo revertidos em favor do Tesouro Nacional, em prejuízo ao FCDF e ao Distrito Federal, posto que considerados pelo Ministério da Fazenda como antecipação de cotas financeiras do exercício seguinte, em contrariedade ao disposto no inciso XIV do art. 21 da CF/88, nos arts. 2º e 4º da Lei nº 10.633/2002, nos arts. 71 e 73 da Lei nº 4.320/1964 e no inciso I, do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); c) promover a alocação de créditos orçamentários ao FCDF que recomponham as perdas acumuladas, desde a criação do Fundo, decorrentes dos problemas relacionados aos apontamentos constantes dos itens "a" e "b", supra; III - dar ciência desta decisão ao Senhor Deputado Wasny de Roure; IV - autorizar: a) o envio de cópia da Informação nº 3/2016-SEMAG, do

Parecer nº 535/2016-DA, do relatório/voto do Relator e desta decisão ao Senhor Governador do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, visando facilitar o atendimento das deliberações constantes do item II; b) o arquivamento dos autos.

Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, ANILCÉIA MACHADO, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e MÁRCIO MICHEL. Participou a representante do MPjTCDF Procuradora-Geral CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA. Ausente o Conselheiro PAIVA MARTINS.

SALA DAS SESSÕES, 05 de Julho de 2016



Olavo Medina  
Secretário das Sessões



Antônio Renato Alves Rainha  
Presidente